

# UMA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA DO CONHECIMENTO COMO MEIO DE PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL NAS COMUNIDADES INDÍGENAS AMAZÔNICAS

FRANCISCO ISIDRO PEREIRA<sup>1</sup>

isidro\_ce@uol.com.br

<sup>1</sup> Universidade Federal de Roraima

## RESUMO

Enfoques teóricos mais recentes convergem para uma lógica que uma dada comunidade atinge a sua emancipação ao contemplar o empreendedorismo social no seio de suas necessidades. Para atingir os objetivos emancipatórios é imprescindível que as organizações comunitárias sejam capazes de canalizar para si novos conteúdos. Neste cenário, a pergunta central que guia este estudo é: em que condições podem surgir e consolidar-se o empreendedorismo social no âmbito dos espaços comunitários que apresentam diversidade na unidade? Como contribuição a reflexão apresenta-se um estudo prático em que procura identificar os micromovimentos que nortearam transformações internas em dez povos pertencentes à comunidade indígena de Roraima, norte do país. Baseado em trabalho de campo, procedeu-se entrevista semi-estruturada, tendo como suporte análise documental, observação participativa e o diário de campo. A investigação aponta que valores são criados e disseminados entre as populações indígenas; os índios e a própria comunidade internalizam tais valores; têm suas capacidades identificadas e desenvolvidas por meio de ações cooperativas e auto-sustentáveis; e todos trabalham em favor do bem-estar individual e coletivo.

**PALAVRA-CHAVES:** conhecimento, empreendedorismo social, povo indígena, lideranças locais.

## 1 - INTRODUÇÃO

Ao resgatar a história das civilizações conforme Pinsky e Pinsky (2003), percebe-se um ponto comum no desenvolvimento das comunidades: o nível de conhecimento para alcançar o processo de transformação social. Implícito neste aspecto está à noção conceitual de responsabilidade social.

Há uma importante mudança em curso que ainda não é claramente percebida por diversos segmentos da nossa sociedade, incluindo-se, neste grupo, os pesquisadores. Trata da evolução do conceito de empreendedorismo cujo escopo de atuação é o mercado atual e potencial e que pode ser alinhado tomando como referência a comunidade ou as comunidades as quais afetadas pelos problemas. A solução das questões sociais é o objetivo a ser alcançado. Percebe-se claramente nesse contexto uma interseção da configuração conceitual de responsabilidade social tendo como variável provocadora o conhecimento. Sendo este parte essencial da “memória” da comunidade.

Enfoques teóricos mais recentes convergem para uma lógica que uma dada comunidade atinge a sua emancipação ao contemplar o empreendedorismo social no seio de suas necessidades. Para atingir os objetivos emancipatórios é imprescindível que as organizações comunitárias sejam capazes de canalizar para si novos conteúdos. Neste cenário, a pergunta central que guia este estudo é: em que condições podem surgir e consolidar-se o empreendedorismo social no âmbito dos espaços comunitários que apresentam diversidade na unidade? Como contribuição a reflexão apresenta-se um estudo prático em que procura

identificar os microvimentos que nortearam transformações internas em dez povos pertencentes à comunidade indígena de Roraima, norte do país que mesmo integrante das rotuladas sociedades “primitivas” não foi de forma alguma poupada pela evolução social, mas que tiveram seus sistemas de conhecimento aperfeiçoados.

## **2 – O TRINÔMIO CONHECIMENTO – RESPONSABILIDADE SOCIAL – EMPREENDEDORISMO SOCIAL**

Ancorando em Guevara *et al.* (1998), solidariamente com o sobreviver, o homem busca transcender o período de sua vida através de explicações sobre o que foi e o que se deu e predições sobre o que será e o que se dará. Assim, a espécie desenvolveu o que talvez sua característica mais distintiva, que é o sentido de tempo, de passado e de futuro, aparentemente inexistente nas demais espécies animais.

O ser humano procura se entender não só com uma realidade em si, com um indivíduo, mas igualmente no seu relacionamento com outros, como uma realidade social. O impulso de sobrevivência, essencial no fenômeno “vida”, provoca curiosidade sobre seu diferenciamento e relacionamento com a natureza em geral, sobre sua presença e influência no ambiente próximo, sobre a regularidade dos fenômenos, e o leva a perceber o distante, em espaço e tempo, e a agir sobre ele. O homem reconhece o espaço e o tempo e se pergunta como é, o que é, por que é, procurando explicações nas tradições e na história. Ele quer saber e pretende influir no que será, adivinhando e fazendo, e assim desenvolve fazeres e saberes, organizados com técnicas, religiões e ciências. O acúmulo de experiências e práticas e das reflexões sobre elas, de explicações e teorizações, é o que Guevara *et al.* (1998) denomina de conhecimento de um indivíduo, de uma comunidade, de uma cultura, das civilizações e da humanidade.

Resgatando Hessen (1976) o conhecimento pode ser considerado com uma relação direta entre a consciência – representada pelo sujeito – e o objeto. Da perspectiva do sujeito, o conhecimento apresenta-se como a saída deste da sua própria esfera, uma invasão do espaço do objeto buscando apropriar-se de suas propriedades. Como no sujeito surge algo que contém as propriedades do objeto, emerge uma “imagem do objeto”, a qual diz-se que é o conhecimento.

Retomando Guevara *et al.* (1998), não há conhecimento estático. Ele está em permanente transformação e, naturalmente em contínuo crescimento. O conhecimento do indivíduo é entrópico: está sempre crescendo e igualmente cresce sua desordem. Isso é essencialmente o que se chama criatividade, conforme o autor. No entanto, o conhecimento coletivo, no processo de ser compartilhado por comunidades e sociedades tende a ser ordenado. Há inevitavelmente um conflito entre o caráter entrópico do conhecimento individual e a ordem que sua coletivização impõe. Os conhecimentos coletivos de uma sociedade incluem valores, explicações, modos de comportamento e são muitas vezes chamados de tradições, que orientam o comportamento de indivíduos das gerações seguintes.

As práticas *ad hoc* para lidar com situações problemáticas surgidas da realidade são o resultado da ação de conhecer. Isto é, o conhecimento é deflagrado a partir da realidade. O processo de sobrevivência do indivíduo resulta de sua capacidade de captar informações dessa realidade ampliada – constituída por fatos naturais, artefatos e mentefatos – processá-las e definir estratégias de ação. Esse é um processo contínuo, um ciclo vital identificado com a existência e com o estar vivo. Embora seja esse o ciclo de todas as espécies animais, nas

espécies *Homo* há mecanismos mais sofisticados de captação de informações e de seu processamento.

Graças as especificadas biológicas, o ser humano desenvolveu mecanismos de captação de informação (entre eles, os sentidos, a intuição, e...) e de processamento dessa informação (que a informática e a inteligência artificial tentam explicar), o que possibilita definir estratégias de ação e efetivar uma ação (que a robótica ou mecatrônica procura imitar). Sem dúvida, a ação daí resultante tem como consequência alterações da realidade. Portanto, graças à ação de cada indivíduo, a realidade passa a ser outra. Isso acontece simplesmente por indivíduo estar vivo, logo em ação. Lembrando Burke (2003) todo e qualquer conhecimento é uma construção do sujeito, porque os próprios seres humanos constroem esse conhecimento e estão tentando agir de acordo com aquilo que construíram.

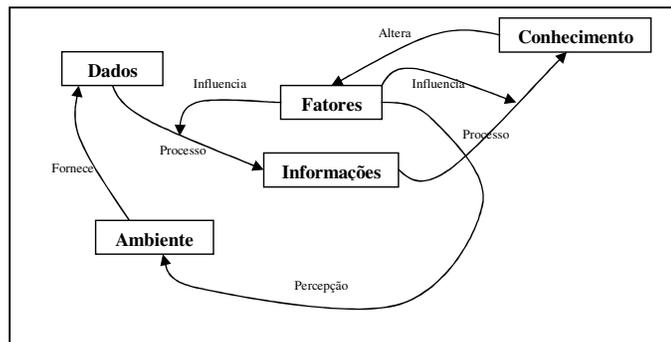


Figura 1 – Sistema Cognitivo  
FONTE: Adaptado de Cherubini Neto, 2002

Para completar as idéias de Guevara *et al.* (1998) cumpre apropriar de Cherubini Neto (2002) quanto a sua nova proposição do que é conhecimento. O autor traceja um modelo o qual a Figura 1 o reproduz. Focaliza o conhecimento como um sistema aberto probabilístico excessivamente complexo. Em outras palavras contempla o conhecimento como um intrincado relacionamento de variáveis capturadas e devolvidas ao ambiente em que não se pode prever um comportamento detalhado, a não ser através da lógica probabilística em determinadas circunstâncias.

Uma leitura atenta no conteúdo da figura 1 remete-se a definir *dados de informação* e que fatores estão influenciando as informações. Embora ignorado por Guevara *et al.* (1998) e para atender aos propósitos da investigação e seguir a linha de raciocínio de Cherubini Neto (2002) limitar-ar-se-á no conceito de que o *dado* provém da qualificação, quantificação, categorização, codificação, medição de qualquer pessoas ou coisa (objeto, ser, ação, estado, fenômeno), tangível ou intangível, estática ou em movimento, real ou virtual, mutável ou imutável, estável ou instável, invariável ou variável, viva ou inanimada, simples ou complexa; natural ou artificial, passado, presente ou futuro. A informação são dados processados sob a influência dos fatores que Cherubini Neto (2002) os qualificou de Fatores de Percepção e Processamento (FsPP), os quais são intrínsecos ao sujeito, são parte sua, não podendo, do sujeito serem extraídos. Tais fatores compreendem: linguagem; método; fatores psicológicos – como valores (ou escala de valores), capacidade de raciocínio, de memória, crenças e demais fatores psicológicos objetivos e subjetivos; fatores sociais – como cultura, fatores econômicos, religião, etnia dentre outros; e outros conhecimentos já acumulados. Com relação a este último aspecto segundo Guevara *et al.* (1998), o acúmulo de conhecimentos (fazer, saberes, o saber como fazer) se mostra, ao longo de gerações, importante e útil para satisfazer as necessidades materiais e espirituais de uma sociedade.

Portanto consoante ao modelo ilustrado na Figura 1, os dados são coletados do ambiente através da percepção individual, que está sob influência direta dos FsPP. Estes dados são transformados em informação por um processo que também sofre a influência dos FsPP. As informações resultantes, por sua vez, são processadas de acordo com os FsPP e tornam-se finalmente conhecimento. Este é a saída de um sistema composto por sujeito cognoscente, fatores intrínsecos a este sujeito e processos (mentais lógicos e não –lógicos). Coerente com Guevara *et al.* (1998), a realidade informa o indivíduo através dos sentidos. Claro, os sentidos são diferentemente desenvolvidos e aguçados de indivíduo para indivíduo. Cada indivíduo capta da realidade informações distintas e as processa. Isso permite uma definição de estratégias de ação distinta. Tal ação necessariamente se dá na realidade, modificando-a. E a realidade modificada informa o indivíduo no instante seguinte, e o ciclo se repete. Esse é o ciclo vital de cada indivíduo. Acontece que se o indivíduo fosse só, isso se esgotaria assim, com uma incessante modificação da realidade pela ação do indivíduo. Mas há um outro indivíduo, para quem o ciclo da vida está acontecendo. Naturalmente, o outro recebe informações diferentes (sua visão e sua audição podem ser melhores ou piores!) e as processa diferentemente. Conseqüentemente, a partir de uma mesma situação define estratégias diferentes de ação e parte para uma ação diferente, que naturalmente também modificará a realidade. Em outros termos, numa mesma situação cada um faz a sua coisa, exerce a sua ação.

Entretanto a espécie humana desenvolveu uma poderosa capacidade de comunicação, o que permite que um indivíduo amplie e mesmo modifique sua captação de informações complementando-a com informações do outro. Esse compartilhamento de informações não interfere no processamento (que é pessoal, próprio de cada indivíduo), mas permite coordenar e modificar estratégias de ação. Assim, cada indivíduo partiria para fazer a “sua coisa” se fosse só, mas, após a comunicação com o outro, ele tomaria conhecimento da ação do outro e coordena sua ação com a dele. Ou contraria a ação do outro, gerando conflito, ou coordena sua ação com o outro, ambos partindo para uma ação comum ou para ações individuais de interesse mútuo. Nesse contexto pode-se deduzir que a ética regula o comportamento e com isso, emerge o fenômeno da cidadania ativa, que impulsiona as comunidades humanas (coletividades) que integram a sociedade local e regional, como bem posiciona ainda que de forma implícita, Melo Neto e Froes (2002).

Vale aqui, porém, lembrar Teixeira (2001) ao assinalar a observação de Sartori (1994) de que, se a informação é importante para o conhecimento, este não se reduz ao volume, mas exige compreensão, reflexão, interrelações. Esse autor conclui ser isso impossível com um simples aumento de participação, e que, pelo contrário, esta não só se revelaria um processo de aprendizagem incapaz de levar a uma opinião bem informada e inteligente como sua intensidade poderia levar a extremismos e, portanto, à ruína da democracia.

Entretanto, um dos procedimentos mais comuns dos diversos movimentos e grupos de cidadãos, em vários países, têm sido o de reflexão sobre as ações realizadas, buscando-se aprender com os próprios erros e avaliando-se suas potencialidades de eficácia.

Afirmam Melo Neto e Froes (2002) que uma comunidade é sustentável quando possui alta capacidade de gestão; participação; integração, iniciativa; produção; articulação; mobilização; organização, aliada a um alto grau de conscientização; sensibilização; senso de solidariedade e preservação de sua identidade e objetivo comum. São fatores determinantes da sustentabilidade comunitária. Dentre os fatores estruturantes, salientam os autores:

conscientização; sensibilização; senso de solidariedade e objetivo comum. No bojo desse raciocínio Melo Neto e Froes (2002) identificam as áreas de responsabilidade social, quais sejam: capacitação das lideranças locais; competência no gerenciamento de ações de parceria; solidariedade social; civismo e cidadania. É o que se denomina de competências essenciais de uma comunidade.

Na capacitação de lideranças locais, os líderes comunitários devem contemplar as seguintes características: 1) motivação para realizar transformações radicais na comunidade; 2) desejo de intervir em suas comunidades; 3) uma visão global do desenvolvimento; 4) poder de trânsito entre os diversos segmentos e grupos sociais; e 5) conhecimento sobre os problemas sociais locais. Com relação à competência no gerenciamento de ações de parceria, a comunidade deve contar com a existência de parceiros em potencial, dispostos a trabalhar em conjunto, na formulação de uma identidade, missão e visão comum, e assumir compromissos, benefícios e riscos em conjunto. Também deve conter laços de solidariedade entre seus membros. Iniciativas solidárias devem ser prática comum em seu ambiente. Devem prevalecer também atitudes de amor à terra, de respeito às tradições e cultura local e de conhecimento de sua história. A cidadania é de importância vital para a emergência de sociedades sustentáveis. Seus membros devem conhecer seus direitos, lutar por eles, mobilizar para realizar as mudanças necessárias e participar de decisões que afetam suas vidas e destinos.

Os empreendedores sociais se inserem nesse espaço como papel de agentes de mudanças por conforme Dees (1998), adotar uma missão de gerar e manter valor social (não apenas valor privado); reconhecer e buscar implacavelmente novas oportunidades para servir a tal missão; engajar-se num processo de inovação, adaptação e aprendizado contínuo; agir arrojadamente sem se limitar pelos recursos disponíveis e exibir um elevado senso de transparência para com seus parceiros e pelos resultados gerados.

Ressalta Dees (1998) que embora o conceito de empreendedorismo esteja ganhando popularidade, ele acaba significando diferentes coisas para diferentes pessoas. Muitos associam exclusivamente às organizações sem fins lucrativos. Outros o usam para descrever qualquer um que inicie uma organização sem fins lucrativos. Ainda outros o usam para se referir a empresários que aderem a práticas de responsabilidade social. No entanto Melo Neto e Froes (2002) são claros: é um processo de transformação da sociedade cuja figura 2 demonstra a inter-relação dos elementos que tomam parte da seqüência de estados de um empreendedorismo social local.

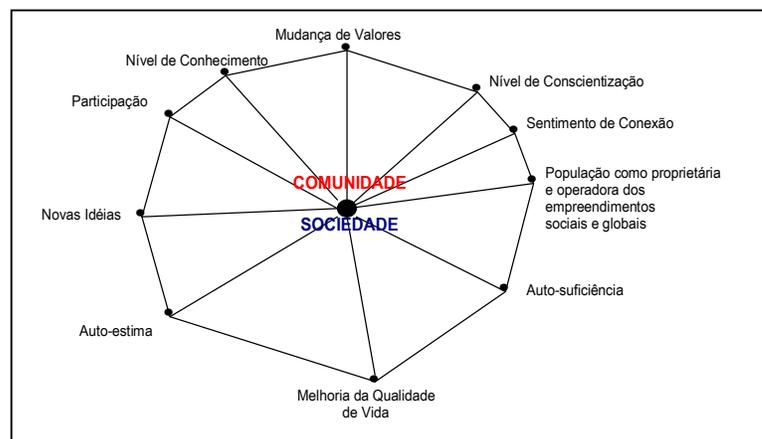


Figura 2 – Elementos Constituintes do Fenômeno Empreendedorismo Social  
FONTE: Melo Neto e Froes, 2002

Uma apreciação cuidadosa no conteúdo da Figura 2 remete a Burke (2003). Como principal elemento que precede a mudança tem-se o conhecimento acumulado pelas pessoas. Acontece que todas as pessoas, de qualquer idade constroem o conhecimento partindo do seu interior, através da interação com o ambiente. Assim o desafio da concretude do empreendedorismo social exige líderes muito obstinados e disciplinados capazes de arrematar boa parte dos fatores expostos na figura e fruí-los para a formatação de uma vida decente.

E aqui vale transpor o raciocínio tecido por Ticky e Cardwell (2003) o qual restrito às empresas, mas coerente com as discussões supras. A criação do conhecimento e o alinhamento das pessoas nas suas comunidades devem constituir um ciclo virtuoso de ensino, na forma de espiral em expansão ininterrupta. Esses ensinamentos interativos, envolvendo cada vez mais os membros da comunidade ampliam o conhecimento ao mesmo tempo em que alinha as pessoas.

### **3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Empenhado em compreender a problemática erguida no teor da investigação, os trabalhos iniciais de campo mostrou-se o proveito que os conhecimentos antropológicos poderiam ser úteis. Sob influência de Laplantine (2000) o autor procurou tornar mais familiar àquilo que lhe era estranho (os comportamentos, as crenças, os costumes da sociedade indígena que não era a sua, mas na qual poderia ter nascido).

O período de pesquisa de campo perdurou por exatos 26 meses, abrangendo um espaço temporal entre os anos 2000 e início de 2002. Tal dimensão temporal foi compartilhada com atividades de sala de aula, elaboração de relatórios de outras pesquisas e deslocamentos para regiões sudeste e sul quer para apresentação de trabalhos quer para submissão do processo de seleção de programas de pós-graduação de doutorado. Ao longo dos meses de 2000, as idas a campo se concentraram nos fins de semanas. Esporadicamente, se aproveitava dos feriados. Os meses correspondentes ao ano 2001, a investigação se concentrou de forma mais intensiva, no sentido de que o pesquisador permanecia mais tempo junto à comunidade. Isso foi possível dado o conturbado movimento grevista nas universidades federais no período, da qual o autor é vinculado a uma delas. Entre sua participação preferiu-se prosseguir à implementação do recolhimento de dados em campo.

O estudo implicou deslocamento do pesquisador residente no município de Boa Vista, capital do estado de Roraima, norte do Brasil, às localizações onde situavam as comunidades indígenas: Makuxi, Wapichana, Taurepang, Ingarikó, Yekuana, Waiwai, Sapará, Atoriaú, Yanomami e Waimiri-Atroari. Elas ocupam 44% do seu território e perfazem uma população total de 40 mil índios. O percurso sempre foi acompanhado estrategicamente por um professor indígena o qual inspirou a presente pesquisa. O acesso à comunidade foi escolhido com base na receptividade. A estadia era geralmente oferecida pelos integrantes das aldeias em suas cabanas.

Baseado em trabalho de campo, procedeu-se:

1 - A entrevista semi-estruturada, a qual orientada por roteiro, em que apenas alguns temas são pré-determinados. Para apropriarmos da visão de Ribeiro *et al.* (1997), nesse tipo de entrevista outras questões emergem, durante o processo de coleta de informações por se basear no discurso livre do entrevistado. Utilizando-se roteiros, o entrevistador formula questões abertas e aprofunda temas considerados importantes;

2 - A observação participante correspondeu a uma estratégia complementar às entrevistas. Como sublinha Becker (1999) o observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que ele tem sobre os acontecimentos que observou;

3 - Finalmente, no registro dos dados, usufruiu-se do diário de campo. Como aborda Cruz Neto (1994), o próprio nome já diz, esse diário é um instrumento ao qual recorre-se em qualquer momento da rotina do trabalho que está se realizando. Nele diariamente pôde colocar as percepções, angústias, questionamentos e informações as quais não captadas pelas técnicas anteriores. Teve um uso sistemático desde o primeiro momento de ida às comunidades até a fase de elaboração desse texto.

Antes da entrada em campo, tinha-se um plano específico para a organização e o registro das informações. Isto implica na opinião de Gil (1999) estabelecer, antecipadamente, as categorias necessárias à análise da situação. Nesse contexto adotou-se o sistema de Bales (1950) para observar as situações do grupo. Logo a observação participativa teve um devido controle, pois se sabia previamente quais os aspectos a investigar nas comunidades. Essa característica se adentra na concepção conceitual de observação sistemática como alude Gil (1999). Entretanto na captura de informações não se fez uso de nenhum registro do comportamento em folhas preparadas, uso de cronômetro e outros recursos técnicos. O autor procurou sempre o entrosamento da forma mais natural possível. Em seguida nas acomodações, se anotava tudo no diário de campo. Os dados tiveram um tratamento analítico em consonância ao perfil teórico. Devido o caráter central da investigação esta se caracterizou essencialmente como pesquisa qualitativa.

#### **4 – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**

Nesta seção é apresentada como as respostas ao problema da investigação foram respondidas (ou aproximadas).

##### **4.1 – Panorama do Estudo**

A Constituição de 1988 resultou em mudanças significativas às comunidades indígenas brasileiras. Uma delas, a garantia de direitos civis, permitiu assistir na última década, ao crescimento de organizações indígenas empenhadas na luta pela preservação desses direitos. Antes da Constituição, havia o estatuto do índio, de 1973, que considerava os indígenas uma categoria semelhante aos menores de idade. No início dos anos 80 surgiram as primeiras associações e organizações indígenas, mas principalmente a partir de 1988 o impulso para o aparecimento de novas instituições foi maior, pois o artigo 232, ao não tratar os índios como relativamente incapazes, permitiu às associações que se constituíssem como pessoas jurídicas. No fim dos anos 80 nas regiões do Alto e Médio Solimões, Manaus, Alto Rio Negro e Roraima todos inseridas no contexto amazônico, haviam apenas dez destas associações. Hoje somente nos seis estados integrantes da Amazônia brasileira as organizações associativas somam em mais de 180.

Entretanto, o processo de retração do governo na gestão direta da questão indígena (restringindo-se, basicamente, a suas responsabilidades em matéria territorial) e o esvaziamento político-orçamentário da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada há três décadas pelo regime militar no quadro de suas políticas de desenvolvimento da Amazônia se

desponta como o principal precursor na formatação das organizações indígenas. As investigações bibliográficas apontam ainda um fator que soma na configuração organizacional indígena: o estímulo da sociedade. Esta vislumbrou a iniciativa dos índios uma forma de facilitar a comunicação. Dessa forma, são criadas parcerias, que tornam possíveis a participação de agências financiadoras de diversos projetos.

Nos anos 70 e início dos anos 80 a defesa dos direitos dos índios partia principalmente de lideranças carismáticas. No entanto, as próprias comunidades perceberam que poderiam, de forma organizada, se proteger, num primeiro momento, sobretudo quanto à questão da garantia dos direitos sobre suas terras. Enquanto nos anos 70 a grande preocupação com os povos indígenas era o possível desaparecimento das populações, hoje, com o avanço da assistência em áreas como saneamento básico e saúde, esta questão deixou de ter importância. As tribos não apenas continuaram a existir, como registraram crescimento demográfico. Assim, além da luta pela demarcação de terras, temas como educação, saúde e a auto-sustentabilidade das comunidades foram acrescentadas de forma significativa às reivindicações dos indígenas.

As organizações têm as mais diversas categorias. Apesar de muitas perfilarem papel político importante, outras trabalham localmente, como por exemplo, associações de mulheres e cooperativas. Algumas representam um povo, outras uma região, bacias de um rio, ou mesmo conjunto de comunicações. É importante lembrar que a maior parte destas entidades está devidamente registrada em cartório, ou em processo de legalização.

A maioria dos projetos no ambiente das comunidades indígenas é criado para que, depois de garantido o direito à terra, os povos indígenas não tenham de abandoná-las por dificuldades de sustento, problema que provavelmente é mais grave entre os que vivem fora da Amazônia. Os achados apontam um percentual de 40% da população indígena brasileira que vive fora da Amazônia, em reservas que somam apenas 2% do total das áreas demarcadas. No entanto os índios da Amazônia vivem uma situação completamente diferente em relação aos de outras regiões. Assim, as estratégias de cada organização têm de refletir estas diferenças.

Uma das instituições que cresce em importância é a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). O grupo foi criado em 1988 e reúne 75 unidades, em 31 regiões da Amazônia. A criação da instituição foi uma resposta à necessidade de uma referência. Dadas as organizações regionais, era necessária uma que representasse todas as regiões. No mesmo molde organizacional existe a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), representando 49 associações de 22 grupos étnicos. Isto equivale a 750 comunidades da região. Foi criada em função da necessidade de proteger a área contra invasões.

A questão da representatividade indígena ultrapassa fronteira. A COIAB é filiada a Coordenadoria das Organizações Indígenas da Amazônia (COICA), entidade que representa índios de nove países da região. A COICA foi instituída em 1984, em Lima, no Peru e hoje tem sua sede em Quito, na Venezuela. Cada país é representado na entidade por apenas uma instituição. O objetivo da COICA é promover a interação das ações indígenas.

#### **4.2 – A Força dos Microvimentos Indígenas: o Caso de Roraima**

A Tabela 1 apresenta as categorias de interação de grupos definidos por Bales (1950) e adotada na pesquisa por contemplar aspectos importantes do fenômeno empreendedorismo

social. Cada categoria foi levantada durante as visitas realizadas. A confirmação das categorias 6-7, 5-8, 4-9, 3-10, 2-11 e 1-12 gera indícios respectivamente de: a) problemas de comunicação, no sentido de que esta é falha entre os membros; b) problemas de avaliação, significando dúvidas e portanto carência de entendimento na sua plenitude; c) problemas de controle, os componentes do grupo não têm um rumo de ação; d) problemas de decisão, os argumentos apresentam frágeis na obtenção do consenso; e) problemas de redução de tensão, predomina iminência de clima de discórdia entre os membros e f) problema de reintegração, há rigores disciplinares entre os integrantes da comunidade inibindo uma nova associação ao grupo.

Por limitação de espaço não se discorrerá todos os aspectos capturados nas categorias por cada comunidade contida na Tabela 1. O diário de campo contém robustas informações de cada aspecto constituinte das 12 categorias consideradas. De qualquer maneira o conteúdo da tabela aponta uma conjunção de elementos cuja dinâmica suscita encaixes paulatinamente à moldagem conceitual de empreendedorismo social. A escolarização é um fato social que está presente na vida cotidiana dos povos Makuxi, Wapichana, Taurepang, Ingarikó, Yekuana, Waiwai, Saporá, Atoriaú, Yanomami e Waimiri-Atroari e vem sendo construída num clima de debates e reflexões críticas a respeito de seu papel político-cultural na atualização da vida das comunidades.

Esse aspecto confirma a ausência de problemas de comunicação entre os membros de cada grupo indígena. Isso mostra o papel transformador das comunidades através da expansão dos espaços políticos e da conscientização das populações indígenas e principalmente da construção de suas próprias organizações.

Os ianomâmis vivem em comunidades de até quatrocentos indivíduos, em cabanas circulares de cerca de 40 metros de diâmetro, construídas em clareiras na floresta. Frequentemente o líder da comunidade é o homem com maior parentela – sobretudo irmãs e filhas em idade de casar; a organização social baseia-se inteiramente em relações cooperativas intra e interfamiliares. Por outro lado o grupo Ianomâmi é uma das cinco comunidades que registram problemas de redução de tensão conforme apreciação na Tabela 1. Os argumentos explicativos se reportam a PERRENOUD (2002) segundo o qual nenhum envolvimento de pessoas em um grupo é simples; qualquer grupo, mesmo unido, é ameaçado por divisões, conflitos, abusos de poder, desequilíbrio entre as retribuições e contribuições de seus membros. Essas divergências provocam sensações de injustiça, exclusão, revolta e humilhação. Até mesmo as equipes mais experientes sofrem dessas atribulações, no entanto, em geral, sabem prevê-las e contê-las, evitando que elas resultem em crises. Para garantir esse tipo de funcionamento, é preciso, acima de tudo, “conversar”, de tal forma que não agrave as tensões, os não-ditos ou as mágoas, mas que permita que lhes sejam “explicados”. Os únicos que podem adotar essa forma de metacomunicação são os professores que se dedicam a alguma forma de prática reflexiva e metacognição.

Tabela 1 – Registro de Interação dos Grupos Indígenas

Categorias		Comunidades (Cn)	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10		
ÁREA SOCIAL – EMOCIONAL (Positiva)	REAÇÕES POSITIVAS	1 - <i>Mostra solidariedade</i> , eleva o <i>status</i> do outro, dá ajuda, prêmio.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
		2 - <i>Mostra alívio de tensão</i> , brinca, ri, mostra satisfação.	✓	✓		✓	✓				✓			
		3 - <i>Concorda</i> , mostra aceitação passiva, compreende, apóia, submete-se.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
ÁREA TAREFA (Neutra)	RESPOSTAS TENTADAS	4 - <i>Dá sugestão</i> e orientação, supondo autonomia do outro.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
		5 - <i>Dá opinião</i> , avaliação, análise, exprime sentimento, desejo.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
		6 - <i>Dá orientação</i> , informação, repete, esclarece, confirma.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
	PERGUNTAS	7 - <i>Pede orientação</i> , informação, repetição, confirmação.												
		8 - <i>Pede opinião</i> , avaliação, análise, expressão de sentimento.											✓	
		9 - <i>Pede sugestão</i> , orientação, maneiras possíveis de ação.												
ÁREA SOCIAL – EMOCIONAL (Negativa)	REAÇÕES NEGATIVAS	10 - <i>Discorda</i> , mostra rejeição passiva, formalidade, recusa ajuda.	✓	✓										
		11 - <i>Mostra tensão</i> , pede ajuda, afasta-se do campo.			✓				✓	✓		✓	✓	
		12 - <i>Mostra antagonismo</i> , reduz o <i>status</i> do outro, defende-se, afirma-se.												

a b c d e f

FONTE: Dados da Pesquisa

**LEGENDA**

- |                |                       |   |
|----------------|-----------------------|---|
| C1 - MAKUXI    | C6 - WAIWAI           | <b>a</b> - Problemas de comunicação       |
| C2 - WAPICHANA | C7 - SAPARÁ           | <b>b</b> - Problemas de avaliação         |
| C3 - TAUREPANG | C8 - ATORIAÚ          | <b>c</b> - Problemas de controle          |
| C4 - INGARIKÓ  | C9 - YANOMAMI         | <b>d</b> - Problemas de decisão           |
| C5 - YEKUANA   | C10 - WAIMIRI-ATROARI | <b>e</b> - Problemas de redução de tensão |
|                |                       | <b>f</b> - Problemas de reintegração      |

O quadro de professores indígenas é formado por aproximadamente 486 docentes, formados em nível de magistério. Pelo menos 90% estão inseridos em algum micromovimento na comunidade atinente quer aumentando a conscientização da população indígena quer fortalecendo a sua visão crítica das macroestruturas predominantes de representação política. Não foi possível medir a prática reflexiva desses professores como apregoa Perrenoud (2002), mas encontrou indícios de sua manifestação na mobilização do movimento para criação de cursos de formação superior para professores e estudantes indígenas, concebendo assim um campo específico voltado às práticas educacionais. Calçados na legislação que obriga as organizações públicas de ensino superior e os estados a dotar os professores em nível superior até 2007 e no caso dos povos indígenas o respeito à diferença histórica e cultural e, portanto aos processos próprios de aprendizado, após negociações na forma de encontros e seminários a única instituição pública na região, Universidade Federal de Roraima, foi compelida a desenhar um curso atinente e internalizá-lo à sua estrutura acadêmica. Sendo concebido inclusive um Núcleo.

Entre os povos Makuxi e Wapichana a escola tem forte presença, mas a Tabela 1 sinaliza problemas de decisão. No entanto tais problemas estão associados ao nível de amadurecimento de suas reflexões no conjunto de conhecimentos processados se atrelarmos ao modelo de Cherubini Neto (2002). No pequeno universo das comunidades indígenas os dados contraídos no ambiente circundante ao ser transformados em informações são interpretados e burilados em algo novo. As circunstâncias internalizadas pelos índios que sofrem a situação comum de diminuição de poder causada pelo desenvolvimento inadequado e pelas formas contemporâneas de governo que são arrogantemente distantes, constitui a sua capacidade interpretativa. Isso é o que traduz o seu conhecimento implícito envolvendo ainda a história pessoal, experiência de vida, prática profissional e social no interior da comunidade. Tais elementos explicam a penetração sutil, mas efetiva no âmbito dos arranjos educacionais do aparelho estatal roraimense. Dos 486 professores indígenas aproximadamente 49% pertencem a esses dois povos.

## **À GUIA DE CONCLUSÃO**

A gestão do conhecimento, no contexto das comunidades indígenas pesquisadas, decorre dos relacionamentos em redes contando com o apoio de instituições universitárias, instituições de pesquisas, órgão governamentais e não-governamentais. Esta multiplicidade de interlocutores acaba estimulando e diversificando a troca de conhecimentos, alavancando desta forma a capacidade empreendedora. Vale destacar a importância das mudanças positivas em relação a aspectos culturais e de valores por parte dos participantes indigenistas que compartilham conhecimentos.

Os dados exibidos na Tabela 1 apontam que valores são criados e disseminados entre os povos indígenas; os índios e a própria comunidade internalizam tais valores; têm suas capacidades identificadas e desenvolvidas por meio de ações cooperativas e auto-sustentáveis; e todos trabalham em favor do bem-estar individual e coletivo. Polariza-se a criação da unanimidade sem deixar de valorizar a diversidade. Uma evidência clara da manifestação do fenômeno de empreendedorismo social, sendo este laureado exclusivamente por meio do conhecimento. Resta saber até onde compromete o risco de despersonalização nas sociedades estudadas. No entanto percebe-se que a provocação de sua materialização perpassa o estágio de exclusão social em condições totalmente atreladas às “sombras” da sociedade. Entendida estas como condições de vidas de seres humanos descolados de necessidades mínimas de cidadania.

Em concordância a Gomes (2003), o Brasil continua submetido a um domínio multifacetado neocolonialista, onde o sistema social brasileiro perfila-se extremamente desigual e opressor das camadas sociais populares, à margem das quais se situam os povos indígenas. Sob esse raciocínio pode-se aquilatar a dupla opressão que sofre o índio como indivíduo, em seus direitos políticos, sociais e culturais. Assim, perante a humanidade, o índio desponta, na atualidade, como vítima da vítima. Urge esclarecer, todavia, que as comunidades investigadas deixam explicitadas para elas mesmas as suas próprias diferenças e o mais importante os seus membros são vistos como os únicos sujeitos legítimos de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- BALES, R. F. *Interaction process analysis*. Cambridge: Addison-Wesley, 1950.
- BECKER, H. S. *Método de pesquisa em ciências sociais*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BURKE, T. J. *O professor revolucionário: da Pré-escola à Universidade*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CARVALHO G. M. R. de. e TAVARES, M. da S. *Informação & Conhecimento: uma abordagem organizacional*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- CHERUBINI NETO, A. O que é conhecimento? Sintetizando epistemologia, metodologia e teoria de sistemas em uma nova proposição. *Read*, n.2, v.8, Porto Alegre: UFRGS, mar.2002.
- CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: SOUZA, M. Cecília de (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DEES, J. G. The meaning of social entrepreneurship. Sanford University. 31.10.1998. Disponível em: [www.gsb.stanford.edu/csi/SEDefinition.htm/](http://www.gsb.stanford.edu/csi/SEDefinition.htm/) . Acessado em 02.06.2003.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed., São Paulo: Atlas, 1999.
- GOMES, M. P. O caminho brasileiro para a cidadania indígena. In: PINSKY J. e PINSKY C. B., (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- GUEVARA, A. J. de H. et al. *Conhecimento, cidadania e meio ambiente*. v. 2. São Paulo: Peirópolis, 1998.
- HESSER, J. *Teoria do conhecimento*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1976.
- LAPLANTINE, F. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- MELO NETO, F. P. de e FROES, C. *Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
- TEIXEIRA E. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2001.
- TICKY, N. M.e CARDWELL, N. *Feitas para o sucesso: como grandes líderes ensinam suas empresas a vencer*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- PERRENOUD, P. *A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica*, Porto Alegre: Artmed, 2002.
- RIBEIRO, M. de F. S. et al. Métodos e técnicas de diagnóstico de sistemas de produção. In: *Enfoque sistêmico em P&D – A experiência metodológica do IAPAR*. Circular n. 37, Fundação Instituto Agrônômica do Paraná: Londrina, 1997.
- SARTORI, G. *A teoria da democracia revisitada*. v. 2, São Paulo: Ática, 1994.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Departamento de Planejamento Global. *Perfil*. Boa Vista, Roraima, out. 1997.